

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-790-1 DOI 10.22533/at.ed.901192111</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espaço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E DIREITO	
Izadora Ribeiro Silva Costa Lina Maria Brandão de Aras	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 2	13
O CORPO E O GÊNERO NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE	
Murilena Pinheiro de Almeida Marco Antonio Leandro Barzano Cleyde Oliveira de Castro Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cenair Felini Soares	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 3	28
O SILENCIAMENTO DA DOR: FEMINICÍDIO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018	
Fadja Mariana Fróes Rodrigues Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 4	40
OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL	
Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa Tainá Rocha dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9011921115	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL	
Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9011921116	
CAPÍTULO 6	64
POR UMA DRAMATURGIA FEMINISTA: JORNADAS DE F(R)ICÇÃO	
Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra	
DOI 10.22533/at.ed.9011921117	
CAPÍTULO 7	74
PARTEIRAS E DOULAS BRASILEIRAS: AUTONOMIA E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE	
Danielle Andrade Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9011921118	

CAPÍTULO 8	87
OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL E AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE MULHERES ADULTAS	
<p>Ana Paula Almeida dos Santos Rafael Antonio Oiticica de Miranda Alexandra Soares dos Santos José Euclimar Xavier de Menezes Marcos Moura Nogueira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.9011921119	
CAPÍTULO 9	96
RELAÇÕES DE GÊNERO E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS: NEGOCIAÇÕES, LIMITES E O PROTAGONISMO FEMININO	
<p>Suzianne Jackeline Gomes dos Santos Mary Alves Mendes</p>	
DOI 10.22533/at.ed.9011921110	
CAPÍTULO 10	108
REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<p>José Renato Santos de Oliveira Ingrid de Souza Silva Tatiane Pina Santos Linhares Tatiana Tarrão dos Santos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 11	119
“SOMOS HUMANOS NA RUA”: USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ATENDIDOS PELO PROJETO PONTO DE CIDADANIA	
<p>Alexandra Soares dos Santos Ana Paula Almeida dos Santos Rafael Antonio Oiticica de Miranda Sueli Jesus Santana Mônica Coutinho Cerqueira Lima</p>	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 12	127
SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014	
<p>Débora Juliene Pereira Lima Ana Márcia Rodrigues da Silva Edna Raimunda Teodoro</p>	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 13	138
TERRITÓRIO DE NARRATIVAS: LOCAIS DESTINADOS ÀS MULHERES NOS DISCURSOS PRODUZIDOS NOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO BELENENSE	
<p>Silvia Raquel de Souza Pantoja Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza</p>	
DOI 10.22533/at.ed.9011921114	

CAPÍTULO 14	148
TRABALHO, POLÍTICA E GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA E O RESGATE DO FEMINISMO	
Fernanda Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.90119211115	
CAPÍTULO 15	158
TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS(OS) EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: NORMATIVAS BRASILEIRAS	
Gabriela Bothrel Echeveria	
Vivianny Kelly Galvão	
Verônica Teixeira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.90119211116	
CAPÍTULO 16	169
VADIAGENS DA CIÊNCIA-EXPERIÊNCIA: GINGANDO NUMA RODA MULTIRREFERENCIAL COM CAROLINA DE JESUS, INAICYRA FALCÃO E ELZA SOARES	
Régia Mabel da Silva Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.90119211117	
CAPÍTULO 17	178
UM CORPO NEGRO EM DIÁSPORA NA PRODUÇÃO DE UMA ATENÇÃO À SAÚDE FEMINISTA E ANTIRRACISTA	
Lais Alves Porto	
DOI 10.22533/at.ed.90119211118	
CAPÍTULO 18	184
MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)	
Itanamara Guedes Cavalcante	
Maria do Carmo Santos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111819	
CAPÍTULO 19	196
SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: DESAFIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Divanise Suruagy Correia	
João Klínio Cavalcante	
Laura Marques Angelo Neto	
Maria das Graças Monte Mello Taveira	
Viviane Maria Cavalcante Tavares	
Sandra Lopes Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111820	
SOBRE A ORGANIZADORA	207
ÍNDICE REMISSIVO	208

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL

Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa

Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão – Sergipe

Tainá Rocha dos Santos

Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão – Sergipe

RESUMO: O presente artigo objetiva promover uma breve abordagem sobre a relação intrínseca que existe entre as bandeiras de luta dos movimentos feministas e a instituição de políticas para as mulheres na sociedade brasileira, de modo a considerar os principais avanços e os seus respectivos contextos, assim durante a discussão serão suscitadas as ondas do movimento feminista e suas reivindicações sob a perspectiva de apontar a relação visceral entre os movimentos feministas e as conquistas identificadas, sobretudo a partir da década de 80 do século XX. No decorrer do texto serão destacadas as barreiras que são impostas às mulheres e que as impedem de ocupar os mesmo espaços que o homem de forma igualitária, além colocá-las no âmbito da esfera privada, desta forma para isto o artigo irá tratar acerca da discussão de gênero enquanto categoria de análise, do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, elementos relevantes para esta discussão que e permitem fundamentar o debate. E no que se refere à construção

deste artigo, foi utilizado o método de revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos feministas; Políticas para as mulheres; Mulher.

FEMINIST MOVEMENTS AND THE INSTITUTION OF POLICIES FOR WOMEN: A VISCERAL RELATIONSHIP

ABSTRACT: This article aims to promote a brief approach on the intrinsic relationship that exists between the flags of struggle of feminist movements and the establishment of policies for women in Brazilian society, in order to consider the main advances and Their respective contexts, so during the discussion will be aroused the waves of the feminist movement and its claims from the perspective of pointing the visceral relationship between the feminist movements and the achievements identified, especially from the Decade of 80 of the TWENTIETH century. In the course of the text will be highlighted the barriers that are imposed on women and that prevent them from occupying the same spaces as man in an egalitarian way, in addition to putting them in the sphere of the private realm, this way the article will deal with the discussion of Gender as a category of analysis, patriarchy and sexual division of work, elements relevant to this discussion, which allow to substantiate

the debate. In terms of the construction of this article, the bibliographic review method was used.

KEYWORDS: Feministic movements; Policies for women; Woman.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo intenta uma breve apresentação sobre as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil. Para a sua elaboração foi utilizado um conjunto de referencial bibliográfico acerca dos movimentos feministas, estudos de gênero e patriarcado; tendo por objetivo abordar os movimentos feministas e o gênero como categoria de análise e apontar as lutas e conquistas destes movimentos, numa perspectiva de empoderamento. Com isso, pretende-se aprofundar o conhecimento nesse campo, tendo em vista que historicamente as políticas sociais foram planejadas majoritariamente por homens, bem como executadas por estes, partindo de uma perspectiva desenvolvimentista pronta a atender exclusivamente os interesses do capitalismo.

É importante salientar que as práticas de opressão, dominação e exploração de gênero que permeiam as sociedades provocam nos indivíduos desejos de mudança, porém para adquirir mudanças de fato faz-se necessário travar lutas entre oprimido e opressor. Assim, a partir do momento que os indivíduos se identificam como parte de um mesmo grupo e percebem as similitudes existentes, a luta por transformação começa a ganhar forma e organização. As práticas opressoras nascem e se fortalecem a partir da falta de vontade de mudanças por parte de quem é responsável em exercer o controle (seja na esfera pública ou privada).

O método utilizado nesta pesquisa se baseou no materialismo histórico-dialético, tendo por objetivo conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade, através de aproximações sucessivas do objeto, tendo em vista uma longa elaboração teórico-científica, partindo de uma pesquisa dedutiva, classificada como uma pesquisa que parte de análises gerais às específicas de um objeto.

Desse modo, para abordar as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil fez-se necessário discorrer sobre os movimentos feministas e suas respectivas ondas como forma de contribuição para compreender a luta em questão, bem como tratar o termo gênero como categoria analítica e que transcende as diferenças biológicas (do masculino e do feminino), é imprescindível sair do binarismo que tenta justificar as desigualdades massacrantes entre mulheres e homens.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intenção desta análise é percorrer, mesmo que de maneira breve, o trajeto pelo qual passou os movimentos feministas no Brasil: seu surgimento, suas bandeiras

de luta, ondas e efervescências – visando considerar o momento em que houve a sua fusão com os estudos de gênero através da institucionalização destes e as suas contribuições para o fortalecimento da militância.

Como é discutido e colocado em praticamente todos os estudos nessa linha, sabe-se que historicamente a figura feminina esteve diretamente atrelada ao subjugado, à submissão do masculino, não obstante o binarismo contribuiu (e ainda contribui) fortemente para tentar legitimar a divisão dos espaços e codificar os indivíduos.

Tomando os espaços delimitados, a partir desta divisão têm-se o público e o privado: a mulher ocupava o espaço privado, sendo ela a responsável pela reprodução, zelo para com os filhos e cuidados com o âmbito doméstico; já o homem, por sua vez, ocupava o espaço público, responsável pela produção, manutenção e tomada de decisões, característica do modelo patriarcal – essa ideia é ratificada a partir das posições de Follador (2009), ao demonstrar que

[...] desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele (p. 6).

Dentro desse bojo, em que se constituem as relações de poder, foram delineadas as diversas formas de opressão, dominação, exploração e submissão a que estavam sujeitas todas as mulheres, independente de classe social – ainda que as mulheres de classes sociais subalternas e as negras enfrentaram e enfrentam até os dias atuais mais fortemente as mazelas destas desigualdades.

Em virtude desse cenário/contexto surgiram os movimentos feministas, nos quais as mulheres se insurgiram frente às condições as quais lhes eram impostas, tanto por parte da sociedade quanto por parte das suas famílias. Tais movimentos tiveram como objetivo, num contexto geral, buscar a transformação, mais propriamente a liberdade das mulheres de modo a garantir direitos que se equiparassem aos dos homens; porém, as mulheres que assumiram o papel e postura de feministas foram estigmatizadas, sofreram duras críticas e uma série de estereótipos que foram construídos em seu desfavor, chegando ao ponto de promover a repulsa ao feminismo, realidade que perdura até os dias atuais, conforme argumenta Lisboa (2010):

Quando pergunto para estudantes ou participantes de oficinas, encontros, reuniões de trabalho, o que significa “feminismo” e se elas se consideram “feministas”, a primeira reação da maioria das mulheres é responder: “feminista não, feminina, sim!”. Isto esclarece que, em relação à concepção de feminismo, permanecem estereótipos relacionados a uma época em que “feminismo” era sinônimo de “um grupo de mulheres mal-amadas, rebeldes e separatistas”, conseqüentemente, mal vistas pela sociedade em geral (p. 69).

Já Duarte (2003), categoricamente afirma que o

[...] Feminismo poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas (p. 152).

Assim, ao fazer uma análise do que defende Duarte (2003), é possível apreender que para obter o caráter de feminismo não há necessariamente a obrigação de que se esteja compondo um coletivo, uma vez que os atos ou práticas individuais que se oponham ao modelo de opressão e subordinação que atingem as mulheres devem ser compreendidos como feminismo; tal categorização vai além quando defende a valorização das pioneiras deste campo – não nos referimos aqui apenas às pioneiras que compunham os movimentos, mas inclusive àquelas que tiveram atitudes individuais com objetivos de transformação.

Os movimentos feministas são caracterizados por suas bandeiras de lutas e por suas ondas. Nesse caso, a palavra *onda* é utilizada como forma de evidenciar que em dados momentos os movimentos estiveram muito agitados por conta de inquietações e perturbações, e, conseqüentemente, fazia-se necessário construir uma agenda visível de luta, mas em outros momentos estiveram calmos, porém nunca em descanso profundo.

Os anos considerados áureos no movimento feminista foram: 1830, 1870, 1920 e 1970 – ressaltando uma distância de aproximadamente 50 (cinquenta) anos entre uma fase e outra, que faz surgir um relevante questionamento: caso esse distanciamento volte a se cumprir, significa que estamos próximos da quinta onda do movimento feminista? Se tomarmos como linha de frente as desigualdades ainda presentes, seria possível afirmar que sim!

Compreender o movimento feminista e suas bandeiras de luta nos convida a refletir sobre a necessidade de ir além da equiparação de direitos, em que o “X” da questão é construir uma sociedade desprendida de preconceitos e de estereótipos. Pedro e Guedes (2010) colocam que

A luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço; mas são, também, na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade (p. 5).

Para se compreender a instauração e disseminação do patriarcado na construção social do Brasil, se faz necessária a apreensão em torno ao que vem a ser o patriarcado na sua essência, demarcando os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos que foram consolidados ao longo tempo. Assim, o conceito de patriarcado passou a expressar o conflito entre os sexos, quanto à sujeição de um sexo pelo outro, a partir da dominação masculina sobre o sexo feminino, permitindo

que o homem possua o direito/poder sobre a mulher.

Para Saffioti (2015, p. 58), tal poder expressa uma “[...] forma de expressão de poder político [...]” em que o homem, apenas por ser homem, detém o direito político sobre a mulher. Este direito também permite ao homem um poder sexual sobre as mulheres, oportunizando o acesso ao corpo da mulher e tornando-a um mero objeto e, conseqüentemente, destituindo-a de seu direito à liberdade.

Dessa forma, as primeiras manifestações dessa adversidade entre homens e mulheres foram constadas juntamente às primeiras formas de sociabilidade, quando da divisão sexual do trabalho, através da opressão da mulher pelo homem, diante da desvalorização das atividades designadas às mulheres e da elevação da importância das atividades desenvolvidas pelos homens, independente destas serem realmente relevantes para a sobrevivência de determinadas sociedades.

Em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1984), Friedrich Engels expõe que a união conjugal surgiu como um contrato social do casamento, em que o homem assumia total poder sobre o processo de fecundação da vida, sobre os filhos, o trabalho externo e a direção geral da casa. Neste contrato, o papel da mulher passou a ser definido como simples objeto sexual, como a reprodutora, a serva, sendo transigente às deslealdades do marido, resguardando uma postura casta e fiel ao seu cônjuge. Por consequência disso, o matrimônio se tornou um meio de assegurar ao homem a fidelidade da mulher, a paternidade dos filhos e o poder sobre o relacionamento, bem como, à vida desta como um todo.

De acordo com Saffioti (2015) podemos observar que

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando os filhos e outras crianças adolescentes segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (p. 108).

Desse modo, o termo patriarcado originou-se da ideia do pai como *o chefe da família* e detentor do poder soberano sobre os demais membros desta. Nesse sentido, Saffioti (2015) caracterizou este termo como uma estrutura de poder, apoiada tanto em ideologias quanto na violência, regida por uma hierarquia que perpassa todos os espaços sociais.

Foi dentro desse contexto que as mulheres despertaram e expuseram o desejo de aprender a ler e escrever – o que se destinava somente aos homens, pois as poucas mulheres que tinham acesso as letras o tiveram por meio de espaços privados (conventos ou suas próprias casas). Assim, a primeira onda dos movimentos feministas se expressou como uma avocação as primeiras letras. Afinal, como participar da esfera pública e buscar a libertação sem ter o acesso a leitura e a escrita? Se as mulheres não tinham suas capacidades cognitivas estimuladas o mais certo é que os homens iriam se beneficiar desta condição através da garantia dos seus privilégios.

Grosso modo, a primeira onda (1830) foi uma fase marcada pela abertura das primeiras escolas destinadas às mulheres, em que se propuseram a passar seus conhecimentos para as demais, seja em sala de aula, seja através de suas produções e publicações, através do enfrentamento de duras críticas, pois era assertiva a ideia de que mulheres não precisavam ler e escrever.

Nessa esfera, várias mulheres ocuparam os espaços das produções (literárias e jornalísticas) e trouxeram discussões com caráter incentivador, buscando o rompimento da sujeição. Destacaram-se nesse bojo Nisia Floresta (1810 – 1885), Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779 – 1860), Clarinda da Costa Siqueira (1818 – 1867), Delfina Benigna da Cunha (1817 – 1857) e Ana Eurídice Eufrosina de Baravandas.

Se a primeira onda buscou o direito por ler e escrever, a segunda (1870) se ateve em levantar a bandeira pela ampliação da educação e na discussão pelo direito ao voto. Foi um momento marcado por grande fervor: grupos de mulheres já estavam organizados; jornais e revistas tinham produções por vários estados do país e traziam em seus textos experiências da luta de mulheres em outros países, e convidavam suas leitoras a movimentarem-se e livros eram publicados. Como marca desse período vale destacar a peça “O voto feminino” (1878), de Josefina Álvares, que teve sua imagem odiada, vindo a ser perseguida na imprensa.

Nesse período já eram registradas as primeiras notícias de mulheres cursando nível superior (medicina e direito) em outros países – mas a ideia não era bem digerida, afinal, segundo os preceitos patriarcais, as mulheres seriam incapazes de exercer profissões consideradas masculinas e conciliar suas obrigações femininas: à mulher era reservada, por exemplo, a profissão de professora, que tinha um desenho ligado ao cuidado e a benesse e que poderia ser exercida em sua própria casa. Borges e Cruz (2015, p. 69) defendem que “[...] a segregação ocupacional por gênero pode corresponder tanto a um agrupamento vertical (diferenciais na razão por sexo de acordo com o status relativo de emprego) quanto a um agrupamento horizontal (diferenciadas de acordo com sexo e especialização)”.

Com isso, é possível visualizar que para que os privilégios masculinos fossem garantidos era necessário manter as mulheres circunscritas ao privado. Albuquerque (2007) aponta que

[...] o homem e a mulher isolados um do outro não passam de partes diferentes de um todo que somente se concretiza com a divisão do trabalho sexual, origem da solidariedade conjugal. Segundo seu pensamento a diferenciação e atribuição de funções femininas e masculinas se dão baseadas nas disparidades biológicas (p. 4).

O início do século XX foi marcado pela terceira onda do movimento feminista – uma fase que pleiteou o direito ao voto, (com destaque para o nome de Bertha Lutz) o que inflamou ainda mais os homens daquela época, pois viam essa possibilidade como uma afronta. A pretensão por cursos de nível superior e a abertura do

mercado de trabalho também compuseram a bandeira de luta daquele momento, demonstrando que estava cada vez mais difícil manter as mulheres nos espaços privados, pois o movimento estava organizado e, além disso, o campo literário contribuía para ampliar as discussões. Diversas autoras publicavam livros e artigos que eram verdadeiros chamados para as mulheres despertarem, e neste campo destacaram-se: Maria Lacerda de Moura, Ercília Nogueira Cobra, Diva Nolf Nazário, Rosalina Coelho Lisboa, Gilka Machado, e Aldazira Bittencourt.

Para espanto, o estado do Rio Grande do Norte, através do seu governador da época, aprovou o direito ao voto feminino, atitude que impulsionou ainda mais a luta do movimento – para maior surpresa foi eleita à primeira mulher prefeita no Brasil, naquele estado no ano de 1929. Todavia, a nível nacional, a luta seguia e somente em 1932 o presidente Getúlio Vargas reconheceu à mulher o direito de votar, mas pelo motivo da suspensão das eleições as mulheres só conseguiram exercer esse direito no ano de 1945.

A quarta onda do movimento feminista ocorreu na década de 1970, e neste período a luta das mulheres transcendeu a agenda de luta em prol da liberdade feminina, pois o país vivia em regime ditatorial.

No campo do movimento feminista o grande marco foi à revolução sexual e a publicação de livros e jornais – no primeiro caso o aliado foi a pílula anticoncepcional, que permitia que as mulheres se desassociassem da obrigação a maternidade, e o controle de natalidade passou a compor as discussões em torno das políticas públicas, não obstante foram também discutidos pelos movimentos feministas o direito ao prazer e ao aborto. Nesta mesma década, mais especificamente no ano de 1975, foi reconhecido o ano internacional da mulher, em que a ONU (Organização das Nações Unidas) declarou o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, e encontros e conferências aconteceram pelo mundo com o objetivo de discutir alternativas para eliminar as formas de preconceitos e discriminações sofridas pelas mulheres.

A partir de então, passou a ser possível identificar uma nova roupagem dos movimentos feministas e o aspecto era de muita bravura e destemor, pois foi nesse período que estudantes feministas, professoras e alunas começaram a debater sobre as questões ligadas a discriminação da mulher e que foram institucionalizados os estudos nesse campo, sendo legitimados a partir do surgimento dos diversos núcleos nas universidades que desenvolveram pesquisas acerca do assunto.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela institucionalização dos estudos de gênero: nas universidades brasileiras os grupos de estudos seguiam a todo vapor, isso se deu por influência do ressurgimento do movimento feminista na década de 1960 no cenário internacional, que, por conseguinte impulsionou este campo no Brasil. De acordo com Costa, Sardenberg e Vanin (2010),

A retomada do projeto feminista no panorama internacional, em meados dos anos 1960, despertou um crescente interesse em torno de estudos e pesquisas voltados

para a problemática da mulher, engendrando, nesse processo, a construção de um “novo” campo de reflexão que perpassa diferentes tradições disciplinares. Inicialmente caracterizado como “estudos sobre mulheres” e, mais tarde, com a construção do conceito de “gênero”, também como estudos de “gênero” e, mais recentemente, como estudos feministas, esse campo emergente de estudos acadêmicos vem se institucionalizando no Brasil desde os anos 1970 (p. 57).

Mas, lamentavelmente, nas primeiras décadas da institucionalização desses estudos os debates, pesquisas, produções e publicações ficaram restritos entre as academias.

Nesse era nasceu a concepção “gênero”, que surgiu possuindo um sentido denotativo a palavra mulher ou ainda se referindo às disparidades sexuais: masculino e feminino. Facina e Soihet (2004) alertaram “[...] que gênero, emerge na década de 1970, como o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual” (p. 9). Como já foi dito aqui, os estudos circunscritos ao gênero naquela época não avançaram no sentido de ultrapassar o masculino e feminino enquanto biologicamente diferentes e nem tampouco compreendia que o estudo de um (mulher) implica no outro (homem). Scott (1990), predecessora da categoria gênero, frisou que “No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de mulheres” (p. 6).

No Brasil, o debate sobre o conceito de gênero começou a ser introduzido nas áreas de ensino e pesquisa no final da década de 1980 e teve mais evidência nos anos 1990, em que “O reconhecimento do gênero como categoria, na comunidade acadêmica ascende pela via do movimento de mulheres fato que remete investigá-lo como construção história” (MOREIRA, et al., [200?], p. 2).

Para compreender gênero enquanto categoria de análise é imprescindível se desprender das dicotomias, do binarismo e das características que codificam os seres humanos e que determinam papéis para cada indivíduo; é preciso também entender as formas como são delineadas as relações de poder na sociedade a partir de uma visão que consiga identificar que estas relações tem suas raízes fundadas no patriarcado, por conseguinte deve-se levar em consideração a dominação, opressão exploração e subordinação que se dão em detrimento da garantia dos privilégios daqueles que detêm o poder. De acordo com Mirales (2006),

[...]. O debate sobre o tema cresceu em profundidade, passando, paralelo à noção de patriarcado, a explicar os processos de dominação-exploração aos quais as mulheres estão submetidas. Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, ligado a fatores políticos e econômicos, adquirindo contornos históricos e sociais específicos em cada sociedade. Nesse sentido, pensar gênero significa verificar processos de dominação-exploração, dos quais não se separam raça/etnia e classes sociais (p. 1).

É indispensável assimilar que o patriarcado na sociedade brasileira foi herdado do ocidente a partir da colonização do Brasil por Portugal, em que o modelo de sociedade patriarcal interferiu negativamente na vida de homens de classes sociais mais pobres, porém essa negatividade incidiu principalmente na vida das mulheres em geral, sendo válido destacar que “[...] a sociedade ainda assume bastante força

patriarcal, favorecendo um contexto de dominação de um sexo sobre o outro, neste caso, do homem sobre a mulher” (PINHEIRO, 2008, p. 5), em que essa dominação passou a ser legitimada com base nos estereótipos das diferenças construídas entre o ser homem e o ser mulher.

Então, como é possível perceber, tomar gênero como categoria de análise é debruçar-se para além do olhar biológico e é fundamental incorporá-lo nos estudos acadêmicos, nas políticas públicas, nos debates políticos de forma que possibilite enxergar questões socioeconômicas, étnicas, raciais, geracionais, territoriais e que compreenda as nuances existentes em cada grupo. Ainda assim, a apreensão desta categoria de análise deve perpassar as relações sociais, nos remetendo, antes de tudo, ao movimento feminista o qual no seu surgimento ainda que distante de uma apropriação crítica e reflexiva de bases teóricas buscou desenvolver mudanças no seio de uma sociedade que designava (e ainda designa) espaços desiguais para homens e mulheres – desde o âmbito privado ao público.

Deste modo vamos nos reportar de maneira efêmera a quarta onda do movimento feminista, que teve um novo formato acerca da sua bandeira de luta em consequência inclusive do momento que o país vivia, já que a luta era também por liberdade política. Nessa fase (a partir da década de 1970) o movimento foi marcado por muito fervor e se introduziu em diversos espaços, salientando que “[...] Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (SARTI, 2004, p. 42).

Grosso modo a década de 1980 foi extremamente marcante para os movimentos de mulheres: em 1985, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); neste mesmo ano a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizou o seu IV congresso onde foram discutidas questões relacionadas as mulheres do campo; em 1986 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizava seu II congresso, em que organizou uma comissão de mulheres e deu abertura para tratar de questões relacionadas as trabalhadoras do campo e da cidade.

Paralelo a todos os momentos, a mulher esteve em bastante evidência, os movimentos cresciam e nos sindicatos era expressiva a participação feminina e o CNDM contribuía para o fortalecimento das bandeiras. Porém, é possível afirmar que a garantia dos direitos da mulher, frente ao mercado de trabalho, por exemplo, ainda passa por dificuldades quanto a prática em razão das forças opressoras nas relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. Desse modo, cabe aqui nos reportarmos a seguinte colocação:

A maioria dos estudos formados por uma análise de gênero enfatiza as dificuldades que as mulheres enfrentam ao participar do programa de titulação nos mesmos termos que os homens e ao receberem títulos de terra em seus próprios nomes ou juntamente com seus cônjuges ou companheiros[, por exemplo]. Dada a divisão de trabalho predominante quanto ao gênero as mulheres não são levadas a sério

[...] (DEERE; LÉON, 2002, p. 367).

Sales (2007) ressalta que “A participação em movimentos sociais incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político” (p. 442).

No que diz respeito a divisão sexual do trabalho, o qual relega as mulheres as ocupações de menor relevância, é possível afirmar que

A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária. As organizações de classe onde se privilegiam as diferenças de gênero supõem caminhos abertos por onde trilhar as mudanças práticas e estratégicas contra a opressão e as suas faces (Garcia, 2002, p. 270).

Ao analisar estas colocações é notório o quanto a divisão sexual do trabalho é determinante para desqualificar o papel das mulheres nos seus espaços e inclusive por elas mesmas, não obstante para transformar essa construção uma série de medidas devem ser tomadas com o propósito de garantir a efetivação dos direitos.

Mais recentemente, durante o governo Lula, outras conquistas foram alcançadas, a exemplo da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), em 2003; da realização de Conferências de Políticas para Mulheres; além da publicação de normas e diretrizes que orientam a execução das políticas, de modo a incluir as questões de gênero nas práticas sociais.

Farah (2004) acredita que

A inclusão da questão de gênero na agenda de governos subnacionais – ou sua incorporação por políticas e programas governamentais, ainda que não explicitada na agenda governamental – ocorre por influência de diferentes atores, com variações de área para área. Atores ‘supra-locais’ influenciam a agenda local por meio de programas, diretrizes e normas federais que induzem e constroem a ação dos governos subnacionais (p. 66).

Um dos documentos elaborados pela SEPM foi o Plano Nacional de Políticas para Mulheres que aponta objetivos, metas e estratégias transversais que alcancem todas as mulheres:

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) vai beneficiar você, mulher, sua família e sua comunidade. Para que ele se torne realidade e mude, de fato, a vida de todas as mulheres, é necessário que os Governos Federal, Estaduais e Municipais trabalhem em conjunto e, também, que a sociedade seja parceira em sua execução. [...] E mais: que todas estejam representadas - mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras – e participem, ativamente, em suas localidades (BRASIL, 2003, p. 10).

A percepção sobre a necessidade de transversalizar as políticas públicas também foi uma conquista nos governos mais recentes, em que foram pensados mecanismos para compensar as assimetrias de gênero que foram construídas ao longo dos tempos, e como já foi citado aqui anteriormente, a garantia de direitos na legislação por si só não proporciona a sua efetivação.

3 | CONCLUSÕES

Conhecer a trajetória das lutas das mulheres no Brasil é de extrema importância para assimilar o que os movimentos feministas representam no cotidiano de cada mulher, demonstrando que é necessário que a luta seja fortalecida e discutida em todos os espaços de forma que proporcione o reconhecimento de cada mulher enquanto sujeito de direitos que ainda precisam ser efetivados.

Desta forma, os movimentos de mulheres são capazes de contribuir com a desconstrução dos papéis que são delimitados a homens e a mulheres, e que são fortalecidos através da divisão sexual do trabalho ao inferiorizar o trabalho feminino: a resistência deve ser fortalecida, uma vez que a resistência em efetivar a garantia disposta na Constituição Federal de 1988, ultrapasse o argumento da incapacidade das mulheres em gerir sua vida.

Contudo, observa-se que da última década até meados da década atual, para além das conquistas e das transformações nas relações de gênero no contexto brasileiro, já caminhamos rumo ao empoderamento das mulheres, visto que foram contempladas diversas ações transversais com o propósito de alterar o cenário das relações de opressão e desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. M. S. Divisão Sexual do Trabalho: complementariedade ou conflito? **Revista Urutágua**, (DCS/UEM), n. 13, ago./set./out./nov. 2007.

BORGES, J. L.; CRUZ, M. H. S. Tendência da feminização da força de trabalho na medicina: considerações sobre o caso do Brasil e Portugal. In DIAS, A. F.; CRUZ, M. H. S. (orgs.). **Educação e Igualdade de Gênero**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: SEPM, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Rede de Enfrentamento a Violência contra mulher**. Brasília: SEPM, 2011.

COSTA, A. A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2010. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 29 out. 2018.

DEERE, C. D.; LÉON, M. **O empoderamento da Mulher: Direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, 2003, 17 (49), p. 151-172.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FACINA, A.; SOIHET, R. Gênero e Memória: algumas reflexões. **Gênero**, Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v. 5. n. 1. p. 9-19, sem. 2004.

- FARAH, M. F. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12 n. 22004, p. 47-71, 2004.
- FOLLADOR, K. J. A Mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. **Revista fato & versões**, n. 2, v. 1, p. 3-16, 2009.
- GARCIA, M. F. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, a. 19, n. 19, p. 257-272, jul./dez. 2002.
- LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontro e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, UFSC, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.66-75, jan/jun 2010.
- MIRALES, R. Desigualdades de Gênero e Formação do Assistente Social. **Revista Alamedas** – Revista Eletrônica do NDP, 2006, jan./jun., v. 1, n. 1. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/234/0>. Acesso em 19 out. 2018.
- MOREIRA, M. R. Á.; et al. **O lugar de gênero na formação da/o Assistente Social**. [200?].
- PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, jun., 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11509471-As-conquistas-do-movimento-feminista-como-expressao-do-protagonismo-social-das-mulheres.html>. Acesso em 19 out. 2018.
- PINHEIRO, J. C. O Patriarcalismo presente na Contemporaneidade: Contexto de Violência. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf. Acesso em 19 out. 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2) p. 437-443, maio/ago. 2007.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 12(2), maio/ago. 2004.
- SCOTT, J. Gênero, Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 16(2), jul./dez. 1990.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alcoolismo 6, 87, 88, 89, 93, 94, 123

Anti-racismo 178

Atenção à saúde 7, 10, 124, 178, 179, 180, 181, 182, 197, 198, 200, 205

Autobiografia 64, 65

C

Cárcere 158, 160, 162, 163, 164, 166

Carolina de Jesus 144, 169, 170, 171, 172, 176

Ciberativismo 74, 77, 85

Corpo Humano 13, 14, 15, 16, 19, 25, 26

Currículo 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 79

D

Diversidade 25, 98, 104, 108, 113, 115, 118, 143, 170, 173, 179, 184, 185, 190

Dramaturgia de F(r)icção 64

E

Educação 1, 3, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 37, 45, 50, 51, 58, 61, 90, 94, 112, 117, 118, 121, 134, 136, 138, 143, 144, 149, 165, 167, 172, 173, 177, 192, 200, 205, 206, 207

Elza Soares 169, 170, 174, 176

Ensino de Ciências 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 152, 153, 205, 206

Escola primária 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 25, 26

Estado da Bahia 28, 30, 33, 35, 37, 38, 108, 112

Estratégias negras de resistência 169, 175

Exclusão social 116, 119, 121, 123, 126, 161

Extensão universitária 196, 199

F

Fatores psicossociais 87, 88, 89

Feminicídio 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 190

G

Gênero 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 74, 85, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 118, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 139, 146, 148, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161,

163, 164, 167, 170, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 206

I

Inaicyra Falcão 169, 170, 172, 176

L

Laqueadura 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105

Legislação 28, 30, 38, 49, 55, 57, 82, 129, 158, 163, 166

Lutas 41, 43, 50, 55, 68, 142, 149, 173, 184, 187, 194, 198

M

Memória 26, 50, 138, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 161

Mercado de trabalho 4, 18, 46, 48, 88, 127, 128, 129, 131, 135, 136, 137, 149, 180, 183, 188

Movimentos feministas 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 55, 97, 154, 190

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 68, 72, 76, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 98, 100, 102, 103, 116, 129, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 166, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 114, 116, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206

Museologia 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Museu 13, 16, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

N

Normativas 79, 117, 158, 164, 165, 166, 167

P

Parteiras e doulas brasileiras 74

Participação 31, 48, 49, 55, 68, 79, 85, 100, 105, 121, 129, 133, 134, 136, 149, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 198, 202, 203

Performance 64, 65, 66, 69, 70, 72, 88, 176

Política 5, 6, 7, 8, 10, 20, 21, 27, 29, 43, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 66, 74, 79, 88, 89, 109, 120, 122, 123, 124, 125, 136, 139, 143, 148, 149, 154, 155, 156, 160, 165, 166, 171, 172, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 201, 205

Políticas para as mulheres 11, 40
Políticas públicas 30, 33, 37, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 87, 89, 119, 121, 122, 124, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 199
População em situação de rua 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125
População “T” 158
Projeto ponto de cidadania 119, 120
Psicologia 87, 89, 93, 108, 109, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 200, 206

R

Redes sociais digitais 74
Relações de gênero 3, 4, 9, 11, 38, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 60, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 137, 180, 204
Representação social 13, 23, 89, 92, 119, 122, 124, 144
Reprodução 42, 52, 54, 55, 56, 96, 97, 103, 104, 106, 107, 197

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 23, 25, 27, 55, 75, 76, 79, 82, 85, 86, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 134, 163, 165, 168, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206
Saúde da família 8, 112, 193, 196, 198, 200, 205, 206
Saúde da mulher 2, 3, 7, 184, 196, 197, 198, 200, 201, 205
Saúde integral 181, 196, 200
Segregação 45, 114, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137
Sexualidade 4, 15, 20, 31, 36, 75, 97, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 139, 146, 149, 155, 157, 196, 200, 201, 203, 207
Sindicalismo 148, 156

T

Trabalho 2, 4, 5, 6, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 72, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 92, 93, 96, 99, 103, 104, 107, 108, 111, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 191, 193, 196, 198, 199, 202, 205, 206

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 75, 87, 90, 91, 93, 95, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 122, 155, 158, 159, 160, 161, 167, 175, 181, 183, 184, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 206
Vulnerabilidade 4, 119, 121, 161, 164, 168, 193